

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
MESTRADO EM DIREITO

**A EFETIVIDADE DAS NORMAS
CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS
REFERENTES À FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL
DA PROPRIEDADE**

ROSE MEIRE CYRILLO

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Direito pela
Faculdade de Direito da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE.

Orientador: Prof. Doutor Andreas Joachim Krell

Brasília-DF, 2003.

Cyrillo Rose Meire.

A efetividade das normas constitucionais ambientais referentes à função socioambiental da propriedade/ Rose Meire Cyrillo, Brasília: UFPE, 2003
199 p.

Dissertação – Mestrado
Bibliografia

1. 2. 3.

RESUMO

Há muito a questão da efetividade das normas jurídicas vem sendo objeto de análise por parte de estudiosos da ciência jurídica, tendo em vista que nesta seara encontram-se as bases da funcionalidade do Direito, enquanto instrumento modelador das relações humanas.

Nesta perspectiva, a presente dissertação enfoca a forma pela qual as normas constitucionais referentes à função socioambiental da propriedade são recepcionadas pelos seus destinatários sociais (comunidade) e institucionalizados (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e, em última análise, a consequência final do tratamento recebido.

Discorrer-se-á sobre a força normativa do princípio da função socioambiental da propriedade, a partir da perspectiva funcional dos princípios insertos na Carta Constitucional e, de acordo com a legislação, doutrina e jurisprudências que lhe são correlatas.

Com base em tais análises, adota-se como conclusão do presente estudo a parcial efetividade do princípio da função socioambiental da propriedade, indicando-se os fatores jurídicos e metajurídicos de tal sustentação.

Na mesma oportunidade em que as causas de tal fenômeno são apontadas, novos paradigmas são propostos com o escopo de se alcançar melhores resultados no tocante aos efeitos das normas constitucionais ambientais de princípios, com a consciência de que tais contribuições não

encerram em definitivo o referido debate (antes fomentam-no) nem estão isentas de reparos.

ABSTRACT

For a while, the effectiveness of the legal norms has been the object of analysis by the scholars of Law School, having noticed that in this field we find the bases of the laws functionality, as a modeling instrument of human relations.

In this perspective, the present dissertation emphasizes the way by which the constitutional norms related with the social-environment function of property are received by the social (the community) and institutional (Legislative, Executive and Judicial Power) destinies, and in a last stance , the final consequence of the treatment received.

The text will deal with the normative force of the social-environment function of property beginning with functional perspective of the inner principles of the Constitution and, in accordance with the legislation, doctrine and case law which are correlated.

Based in such analysis, the present study concludes that the social-environment function of property is imbued with partiality, indicating the legal and extra-legal factors of such support.

In the same circumstances in which the causes of such phenomenon are outlined, new paradigms are proposed in scope of achieving better results associated with the effects of the constitutional norms of environmental principles, having in mind that these

contributions do not put an end to the aforesaid debate (on the contrary incited it) and are not immune to corrections.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Arthur Lorenzo e Lucas Estéfano, os quais tantas vezes deixei de acalantar em meus braços para poder debruçar-me sobre este trabalho.

Ao meu querido marido Celso, companheiro inseparável nesta odisséia pelo conhecimento jurídico. Farol a dissipar a névoa da dúvida e do medo diante da complexidade da tarefa que me propus realizar.

À Yolanda, minha mãe e Antonieta, minha irmã, pelos exemplos de coragem e força ante as adversidades da vida.

À saudosa Isabel, estimada tia, que no plano espiritual há de contagiar a todos com sua alegria.

A G R A D E C I M E N T O S

Ao concluir a presente dissertação de Mestrado não poderia deixar de agradecer a todos os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que autorizaram meu afastamento por 6 (seis) meses, oportunidade em que pude dedicar-me exclusivamente à confecção deste trabalho.

Agradeço a Gilson Carvalho da Silva, funcionário exemplar e tenaz colaborador nas minhas pesquisas bibliográficas e na coleta de material junto à Biblioteca do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e de outras Instituições.

Agradeço ao meu ilustre orientador, Professor Doutor Andreas Joachim Krell, que com extrema seriedade conduziu-me pelos labirínticos caminhos do Direito, fazendo-me, ao mesmo tempo, espectadora e artífice de tantas descobertas.

Agradeço, ainda, à amiga Luciana Medeiros Costa, colega do Ministério Público e também do curso de Mestrado, que tantos livros, artigos e conhecimentos comigo compartilhou, atitude incomum no competitivo universo acadêmico da pós-graduação.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por ter conseguido chegar ao fim desta jornada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA EFETIVIDADE DO DIREITO	
1.1 - Vigência e eficácia da norma jurídica	19
1.2 - Conceito de eficácia social ou efetividade.....	22
1.3 - Algumas teorias sobre a efetividade do Direito.....	29
1.4 - Efetividade e realidade social.....	32
CAPÍTULO 2 – SISTEMATIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL	
2.1 - Evolução da proteção jurídica do ambiente no Brasil.....	35
2.2 - A sistematização do Direito Ambiental a partir do Direito Administrativo.....	39
2.3 - A constitucionalização da proteção ao ambiente – direito fundamental de 3ª dimensão.....	40
CAPÍTULO 3 – NATUREZA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS	
3.1 - Norma-regra e norma-princípio.....	46
3.2 - Princípios constitucionais ambientais.....	49
3.3 - Formas de incidência do princípio da função socioambiental da propriedade.....	57
CAPÍTULO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS RELATIVAS À FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	
4.1 - Quanto à eficácia e aplicabilidade.....	61
4.2 - Quanto à densidade e grau de concreção.....	65

CAPÍTULO 5 – A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS RELATIVAS À FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE

- 5.1 - Princípios gerais de interpretação.....69
- 5.2 - Princípios de interpretação específicos do texto constitucional.....71
- 5.3 - Colisão entre as normas principiológicas referentes ao direito de propriedade e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.....78

CAPÍTULO 6 – A VINCULAÇÃO DO ESTADO AO DIREITO FUNDAMENTAL A UM MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

- 6.1 - A vinculação do Poder Público enquanto implementador e fiscalizador da função socioambiental da propriedade
 - 6.1.1 - A amplitude da vinculação.....83
 - 6.1.2 - A vinculação do Poder Legislativo.....87
 - 6.1.3 - A vinculação do Poder Executivo.....95
 - 6.1.4 - A vinculação do Poder Judiciário.....99
- 6.2 - O Poder Judiciário como garantidor da concreta observância do princípio da função socioambiental da propriedade
 - 6.2.1 - O controle judicial dos atos do Poder Público em matéria ambiental.....102
 - 6.2.2 - A extensão do controle jurisdicional do ato administrativo.....104

CAPÍTULO 7 – A FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE E SUA CONCRETUDE

- 7.1 - A função socioambiental da propriedade.....115
 - 7.1.1 – A evolução do Direito de Propriedade.....118
 - 7.1.2. – Função Social da Propriedade e Meio Ambiente
 - 7.1.2.1 – As imbricações legais.....118
 - 7.1.2.2 – Os embates doutrinários.....122
 - 7.1.2.3 – Os desencontros jurisprudenciais...127

7.2 - A intervenção do Poder Público para garantir a função socioambiental da propriedade: Fundamentos, natureza e formas.....	130
7.3 - Indenização em casos de intervenção estatal para garantir a função socioambiental da propriedade	
7.3.1 – Tipos de restrições ambientais impostas à propriedade e a possibilidade de indenização.....	140
7.3.2 – O Poder Judiciário e a concessão de indenizações em razão de restrição imposta à propriedade para fins de proteção ambiental.....	145
7.4 – A efetividade da função socioambiental da propriedade	
7.4.1 – Fatores condicionantes jurídicos.....	153
7.4.2 – Fatores condicionantes metajurídicos.....	158
CONCLUSÃO.....	166
BIBLIOGRAFIA.....	170
ANEXO I.....	184